

BRASILIANAS

Paulo H Carvalho/Agência Brasília



A maior parte dos idosos transportados não é registrada

Caixa-Preta (III): Transparência revela peso das gratuidades

EXCLUSIVO - Na terceira reportagem da série sobre a decisão da Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob-DF) dar transparência aos dados relativos aos custos operacionais do sistema de transporte público do DF, “Brasilianas” aborda as gratuidades.

Isso porque, além dos repasses às concessionárias, o portal “Mobilidade Transparente” detalha os gastos com gratuidades e benefícios sociais.

Em 2025, o Passe Livre Estudantil (PLE) registrou 60,2 milhões de acessos, com custo superior a R\$ 553,7 milhões.

O Passe Livre para Pessoas com Deficiência (PCD) teve 8,9 milhões de acessos, além de outros 10,2 milhões feitos por acompanhantes dos PCDs. Somados, os dois custos ultrapassaram R\$ 177 milhões no ano passado.

Já o programa “Vai de Graça”, que assegura viagens gratuitas aos domingos e feriados - e que completou um ano no início deste mês-, contabilizou 26.882.012 (mais de 26 milhões) de embarques gratuitos, com impacto de R\$ 246,3 milhões.

Do lado dos pagantes, o sistema registrou aproximadamente 114 milhões de embarques pagos com Cartão Mobilidade e outros 67,7 milhões de passageiros que se valeram de Vale Transporte.

Clube do Choro: 90 anos de Marinês

Vitor Mesquita

Brasília recebe nesta sexta (6) um espetáculo em homenagem aos 90 anos de nascimento de Marinês, a Rainha do Xaxado. A cantora e percussionista pernambucana Meriele apresenta no Clube do Choro o show Meriele e Sua Gente, 90 Anos de Marinês, celebrando o legado da matriarca do forró pé de serra.

A direção musical é assinada por Marcos Farias, sanfoneiro e filho de Marinês, que participa da apresentação ao lado do



A cantora e percussionista pernambucana Meriele

repentista João Santana. O repertório traz clássicos como Estopim da Bomba, A Rainha do Xaxado e Bate Coração, em uma noite que une tradição e emoção. Meriele estará acompanhada por Sua Gente, grupo formado por Sidney Rosa (sanfona), Mariana Sardinha (cavaquinho), Leonardo Paes (contrabaixo), Bibi Noel (zabumba) e Aline Marcimiano (triângulo e vocal).

Além de celebrar a memória da artista que abriu caminhos para o forró, o espetáculo também marca uma comemoração antecipada do Dia Internacional da Mulher: todas as mulheres terão direito à meia-entrada.

POR
WILLIAM FRANÇA

65,5% dos acessos são de fato pagos

Aos pagantes, soma-se ainda mais 29,8 milhões de pessoas que pagaram diretamente ao sistema, somando mais de 211,5 milhões de viagens pagas em 2025.

Esse dado mostra que, embora as gratuidades tenham peso significativo, a maior parte dos embarques (65,5%) ainda é realizada por passageiros pagantes, o que reforça a necessidade de equilíbrio entre subsídios e arrecadação.

Segundo o subsecretário de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades da Semob-DF, José dos Santos Bahia Neto, em breve serão inseridos novos módulos no Portal “Mobilidade Transparente”, tais como os que indicam o que foi efetivamente pago às empresas - descontadas as multas por falhas, por exemplo.

Também serão inseridos dados como a idade da frota e ainda a efetividade do sistema, indicando quantas viagens foram previstas e quantas foram efetivamente realizadas pelas empresas, indicando ainda o grau de eficiência do transporte coletivo do DF.

Dados sobre idosos estão distorcidos

Há uma distorção importante quando se observam dados relativos a idosos. O sistema registrou o embarque de 15,2 milhões de idosos, mas os dados não refletem a realidade.

Isso por conta da Lei Distrital 7.298, de autoria do deputado Chico Vigilante (PT), que instituiu a gratuidade no transporte público coletivo do DF (ônibus) para pessoas com 60 anos ou mais, além de garantir o embarque por qualquer porta e prioridade para idosos e pessoas com deficiência.

Por conta desta regra legal, os idosos não necessariamente utilizam-se de cartões de transporte, e, portanto, não passam nas catracas. Sem o devido registro, não há como saber quantos idosos estão usando aquela linha, ou aquele horário.

“Essa distorção é grave, não tanto por conta de eventuais gratuidades. Mas porque dificulta o nosso planejamento”, afirma o secretário de Transporte e Mobilidade, Zeno Gonçalves. “Não temos como saber quantos idosos estão em determinado ônibus, nem quais são as linhas que mais são demandadas por eles.”



Hospital de Santa Maria foi inaugurado em 2008

TCDF cobra R\$ 17 milhões por falhas no HRSM

Real Sociedade Espanhola tem 30 dias para fazer o pagamento

Por Isabel Dourado

Após concluir a análise da Tomada de Contas Especial (TCE) para apurar prejuízo causado pela Real Sociedade Espanhola de Beneficência na administração do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a organização devolva R\$ 17 milhões aos cofres públicos, valor atualizado até outubro do ano passado. A Real Sociedade tem 30 dias para comprovar o pagamento, sob risco de cobrança judicial.

O HRSM foi inaugurado em 2008 e a entidade havia sido contratada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) para gerir a unidade de saúde. O Contrato de Gestão nº 001/2009 previa a organização e a operação dos serviços de saúde pela organização social. Em 2010, foram apontadas irregularidades e problemas financeiros na administração do hospital incluindo paralisação de serviços por falta de repasses. O Governo do Distrito Federal fez uma intervenção na administração do hospital. A gestão da unidade foi devolvida à Secretaria de Saúde do DF (SES-DF) em abril de 2011.

Conduzida pela SES, a TCE identificou ausência de prestação de contas e falhas na comprovação da aplicação regular dos recursos públicos. Com o decreto de intervenção, em novembro de

2010, o GDF passou a gerir diretamente o Hospital Regional de Santa Maria.

Para o Tribunal de Contas do DF, a Real Sociedade Espanhola de Beneficência permanecia obrigada a apresentar contas até o fim da vigência contratual mesmo diante da intervenção. A apuração instaurada pela Secretaria de Saúde apontou que despesas não justificadas, incluindo pagamentos trabalhistas que deveriam ter sido provisionados pela entidade geraram o prejuízo de R\$ 17,6 milhões.

A organização declarou judicialmente a impossibilidade de quitar o débito, o que, segundo o TCDF, impede o pagamento voluntário fora de um concurso de credores. Por isso, a Corte autorizou que, esgotado o prazo para pagamento, sejam tomadas medidas judiciais para cobrança e responsabilização.

O Tribunal também excluiu do rol de responsáveis dois dirigentes, mantendo a responsabilidade exclusivamente da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, cujas contas foram julgadas irregulares. Ainda cabe recurso da decisão.

Em nota, a Secretaria de Saúde do DF informou que segue acompanhando a decisão. “A SES-DF acompanha o cumprimento da decisão e permanece à disposição dos órgãos de controle para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.”